

Copyright © 2011 dos autores

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, da editora.

Sumário

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos sobre Vieira / João Adolfo Hansen, Adma
Muhana, Hélder Garmes (orgs). – São Paulo: Ateliê
Editorial, 2011.

ISBN 978-85-7480-544-3

Vários Autores

I. Vieira, Antônio, 1608-1697 – Crítica e
interpretação I. Hansen, João Adolfo. II. Muhana,
Adma. III. Garmes, Hélder.

11-03417

CDD-869.09032

Índices para catálogo sistemático:

I. Vieira, Antônio: Literatura portuguesa:
Século 17: História e crítica 869.09032

Direitos reservados à
ATELIÊ EDITORIAL
Estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897
06709-300 – Granja Viana – Cotia – SP
Telefax: (11) 4612-9666
www.atelie.com.br / atelie@atelie.com.br

2011

Printed in Brazil
Foi feito o depósito legal

Apresentação	11
1. Pretos, Índios e Judeus nos Sermões de Vieira	25
<i>Cleonice Berardinelli</i>	
2. “Para a Honra destes Reinos”: Estudo dos Discursos Introdutórios da Obra <i>Sermões do</i> <i>Padre Antônio Vieira</i>	47
<i>Maria do Socorro Fernandes de Carvalho</i>	
3. Notas sobre Borrões e Cadáveres	57
<i>Rodrigo Pinto</i>	
4. Antônio Vieira, o “Sermão da Epifania” ou as Chamas do Anticristo Abrasando o Quinto Império	71
<i>Geraldo Mártires Coelho</i>	

tados de luz natural e livre-arbítrio, façam-nas ser, conhecendo e obedecendo aos ditames da Causa, que mais cedo ou mais tarde, em termos de tempo humano, se efetivará. Quanto ao deleite e ao maravilhoso, que numa história laica é lugar do falso e do fabuloso, para Vieira é residência da divindade, daquilo que excede a reta razão, insuficiente para compreender o eterno e o infinito divinos, feitor de *mirabilia* que nem as histórias nem as fábulas humanas alcançam. Deleite e maravilha, como os antípodas do tempo, são atributos da mesma verdade assombrosa da *poiesis* divina.

1

Pretos¹, Índios e Judeus nos Sermões de Vieira²

Cleonice Berardinelli

(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

No ano de 1997, tivemos a oportunidade de celebrar, por feliz coincidência, as datas aniversárias de dois eminentes sacerdotes jesuítas, não brasileiros, mas fundamentalmente ligados ao Brasil. Eram, entretanto, datas que marcavam o fim, não o princípio: o 4º centenário da morte de Anchieta e o 3º da morte de Vieira. A nós, professores de Literatura Portuguesa, tocaram-nos ambos de perto: o primeiro, natural de Tenerife, autor de poesia e de teatro ainda incipientes, mas já julgados por estudiosos como boas obras iniciais da literatura brasileira; o segundo, o maior orador da língua portuguesa, nascido em Lisboa, mas vindo para

1. Utilizo – tal como Vieira e, antes dele, Gil Vicente – a palavra *pretos* para nomear os afrodescendentes, sem que em mim se encontre intenção depreciativa.
2. Nesta publicação do texto que assim intitulo, foram utilizadas citações da obra de Vieira, a partir das seguintes fontes: 1) para os sermões em geral: Padre António Vieira, *Sermões*, 5 vols., Porto, Lello & Frère Editeurs, 1959; 2) para a “Proposta que se Fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a Favor da Gente de Nação”, Pe. António Vieira, *Obras Escolhidas*, com prefácio e notas de António Sergio e

o Brasil com seis anos de idade, tendo aqui passado 55 de uma vida de 89 – bem mais da metade – dos quais dedicou boa parte a problemas brasileiros, é, com razões aceitáveis, disputado por uma e outra das literaturas.

Neste ano de 2008, as comemorações são de vida, não de morte: celebra-se, em Portugal e no Brasil, o 4º centenário do nascimento de Vieira. Os congressos, colóquios, encontros são numerosos, de um lado e do outro do oceano. Numerosos são, em consequência, os convites recebidos por aqueles que se dedicam à Literatura Portuguesa, o que não implica que se devam todos considerar especialistas em Vieira. Esta a razão pela qual começo dizendo-lhes – aos caros colegas que aqui me trouxeram, honrando-me com o convite para proferir a primeira conferência de um Encontro de verdadeiros especialistas – uma verdade incontestável: não sou, nunca me arvorei em ser uma profunda conhecedora do grande pregador.

* * * *

Formada em Letras pela USP em 1938 – esta Universidade dava seus primeiros passos – e professora de Literatura Portuguesa, há 64 anos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e há 45 na PUC-Rio, num total de mais de 100 anos –, é claro que muitas vezes dei aulas sobre a obra admirável de Vieira, privilegiando alguns de seus sermões, procurando imprimir à minha leitura algo do que imagino ser a sua extraordinária maneira de dizer, de captar a atenção do auditório, maravilhando-o, conduzindo-o aonde queria, levando-o por dificultosos, às vezes ínvios caminhos, fazendo-o raciocinar por conta própria, mas quase obrigando-o a aceitar os argumentos que lhe apresentava

Hernâni Cidade, vol. IV, “Obras Várias (II) – Os Judeus e a Inquisição”, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951, nas citações indicada como “Os Judeus e a Inquisição”; 3) para o Sermão de Santo António aos Peixes, *Sermões do Padre António Vieira*, apresentação crítica, selecção e sugestões para análise literária de Margarida Vieira Mendes, 2. ed., Lisboa, Seara Nova, 1982; nas citações se indicará apenas como “Sermão de S. António”.

com inexcédível mestria, revestida de um irresistível fascínio oratório, levando-o, por fim, a conclusões irrefutáveis.

Para cumprir a contento a missão que me é confiada, é, ao menos, preciso que, no tempo que me é dado, consiga dizer algum pouco do muito – e este *muito* tem imensa extensão – do muito que Vieira abordou, discutiu, ensinou, defendeu em seus textos, e dentre estes me deterei apenas nos sermões que foram pregados, no Brasil, aos índios e aos pretos, aos considerados inferiores, podendo, ou mesmo devendo ser escravizados pelos outros, os poderosos, os senhores de engenho, sobretudo. Trarei ainda um precioso testemunho: o da “Proposição” dirigida pelo sacerdote ao rei D. João IV, em defesa dos judeus. Por que os privilegiei? Poderão arguir-me: há sermões que melhor revelam as qualidades oratórias de Vieira, o seu domínio do vocabulário, dos volteios de frase, da utilização de figuras literárias tão caras aos autores do seu tempo, de uma infinidade de recursos que sabe usar primorosamente, sem afetação, ou com afetação estudada, como um artista da palavra, um barroco que sempre foi.

Terão os meus arguidores alguma razão, mas o que mais me atrai nesses sermões é a fé incontestável do sacerdote, a capacidade que tem o pregador de projetar nos seus escolhidos a figura de Jesus pela palavra do Evangelho, é a sua hombridade, a sua coragem diante dos ricos, dos poderosos que desafia do alto do púlpito em nome da religião, em nome de Deus. E não se pense que tais qualidades de orador máximo da língua portuguesa lhe tenham advindo com os anos; estes os terão aprimorado, certamente, mas o seu gênio desabrocha no sermão pregado na Bahia, à irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, no ano de 1633, e que aqui comparece em primeiro lugar.

Engenhoso, como vereis, começa o jovem pregador – tem apenas vinte e cinco anos e ainda não foi ordenado:

Temos hoje três dias em um dia, e três festas em uma festa: o dia e a festa de S. João, o dia e a festa da Senhora do Rosário, e o dia e a festa dos pretos seus devotos. E quando fora necessário termos também três

evangelhos, um só evangelho que nos propõe a Igreja, qual é? Posto que largo em nomes e gerações, é tão breve e resumido no que finalmente vem a dizer, que todo se encerra na cláusula que tomei por tema: *Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus* (Vieira, *Sermões*, vol. IV, t. XI, p. 283).

Cita o pregador o texto evangélico e pergunta-se: se mencionou três festas, como tomar por tema apenas uma breve cláusula: “Maria, de quem nasceu Jesus, que se chama Cristo?” E, sempre engenhoso, prossegue, desenvolvendo o texto inicial, tão uno, tão simples, em três:

Suposto pois que nem é lícito ao pregador (se quer ser pregador) apartar-se do tema, nem o tema nos oferece outra cousa mais que um Filho nascido de Maria; multiplicando este nascimento em três nascimentos, este nascido em três nascidos, e este Filho em três filhos, todos três nascidos de Maria Santíssima, esta mesma será a matéria do sermão, dividido também em três partes. Na primeira, veremos com novo nascimento, nascido de Maria, a Jesus; na segunda, com outro novo nascimento, nascido de Maria, a S. João; e na terceira, também com novo nascimento, nascidos de Maria, aos pretos seus devotos. Deem-me eles principalmente a atenção que devem, e destes três nascimentos nascerão outros tantos motivos, com que reconheçam a obrigação que têm de amar, venerar, e servir a Virgem Senhora nossa, como Mãe de Jesus, como Mãe de São João e como Mãe sua (*Idem*, pp. 283-284).

Em ritmo ternário, como se ouviu – esse ritmo encantatório, tão utilizado pelas religiões, inclusive a nossa – Vieira retoma a triplíce maternidade de Maria, insistindo na filiação dos pretos, atribuindo à Virgem um terceiro parto, este, múltiplo, abrangendo todos os que Davi, no Antigo Testamento, chama *populos Aethiopum*. Dirigindo-se a estes, diz o pregador:

[...] vós os pretos, que tão humilde figura fazeis no mundo, e na estimação dos homens, por vosso próprio nome, e por vossa própria

nação, estais escritos e matriculados nos livros de Deus, e nas Sagradas Escrituras: e não com menos título, nem com menos foro, que de Filhos da Mãe do mesmo Deus (*Idem*, p. 293).

Volta a lembrar o profeta rei, o qual ordenou que os trabalhadores do povo de Israel

[...] ajuntassem o trabalho com a oração e, em lugar de outros cantares com que se costumavam aliviar, cantassem hinos e salmos: e pois recolham e aproveitavam os frutos da terra, não fossem eles estéreis, e louvassem ao Criador que os dá (*Idem*, p. 304).

Cita-o Vieira como um exemplo de monarca que tem esses cuidados. E acrescenta, impiedoso com aqueles contra os quais assesta o seu ataque:

Notável exemplo por certo, e de suma edificação, que entre os grandes negócios e governo da Monarquia tivesse um rei estes cuidados! E que confusão pelo contrário será para os que se chamam senhores de engenho, se, atentos somente aos interesses temporais, que se adquirem com este desumano trabalho, dos trabalhadores seus escravos, e das almas daqueles miseráveis corpos, tiverem tão pouco cuidado, que não tratem de que louvem e sirvam a Deus, mas nem ainda de que O conheçam? (*Idem*, pp. 304-305).

Aqui não se dirige diretamente aos patrões, como se nem o merecessem, dirige-se aos escravos, aos pretos, chamando-lhes “imitadores de Cristo crucificado”, e com esta qualificação dá início à comparação entre os que antes qualificara como filhos de Maria e, pois, todos irmãos:

Imitadores de Cristo crucificado, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dous madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de es-

cárnio, e outra vez para a esponja em que Lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio (*Idem*, pp. 305-306).

Lembra-lhes o sacerdote como Nossa Senhora do Rosário, da qual são eles devotos, ordenou o seu bendito rosário:

[...] Depois dos mistérios gozosos pôs os dolorosos, e depois dos dolorosos, os gloriosos. Por quê? Porque os gostos desta vida têm por consequência as penas, e as penas pelo contrário as glórias.

E ainda:

[...] No Céu cantareis os mistérios gozosos e gloriosos com os anjos, e lá vos gloriareis de ter suprido, com grande merecimento, o que eles não podem no contínuo exercício dos dolorosos (*Idem*, p. 316).

Insistindo em reafirmar a igualdade dos homens, Vieira põe em epígrafe ao seu 20º sermão uma frase do evangelho de Mateus: *Jacob autem tenuit Judam, et fratres ejus* (“Contudo Jacob gerou [Judá] e os irmãos deste”) e dá-lhe início com a frase interrogativa, de resposta inevitável: “Quem negará que são os homens filhos de Adão?” e continua:

Quem negará que são filhos daquele primeiro soberbo, o qual, não reconhecendo o que era, e querendo ser o que não podia, por uma presunção vã se perdeu a si e a eles? Fê-los Deus a todos de uma mesma massa, para que vivessem unidos, e eles se desunem; fê-los iguais, e eles se desigualam: fê-los irmãos, e eles se desprezam do parentesco; e, para maior exageração deste esquecimento da própria natureza, baste

o exemplo que temos presente. O domingo passado, falando na linguagem da terra, celebraram os brancos a sua festa do Rosário, e hoje, em dia e ato apartado, festejam a sua os pretos, e só os pretos. Até nas cousas sagradas, e que pertencem ao culto do mesmo Deus, que fez a todos iguais, primeiro buscam os homens a distinção que a piedade. (*Idem*, p. 81).

Volta o pregador à sua epígrafe, e prossegue:

Jacob, diz o nosso tema, gerou a [Judá] e a seus irmãos: e que irmãos eram estes? Uns eram filhos de Lia e de Raquel, outros eram filhos de Bala, escrava de Raquel, e de Resfa, escrava de Lia. Pois se entre as mães havia uma diferença tão grande, e tão notável na estimação dos homens, quanto vai de senhoras a escravas, como não distingue o evangelista os filhos, e a todos sem distinção nem diferença chama igualmente irmãos: *et fratres ejus?* (*Idem*, pp. 81-82).

Pouco adiante retoma a fala com pequenas alterações, a bater na mesma tecla, a firmar o seu ponto de vista, o seu julgamento pessoal e cristão do fato que vem debater e do qual parte para imprimir no seu auditório a sua própria convicção e, a partir dela, fazer a crítica da sociedade de então:

Isto é o que diz e ensina o Evangelho; mas o que vemos na nossa república, não em alguns, senão em todos, é tudo o contrário. Consta esta grande república de três sortes, ou três cores de gentes: brancos, pretos, pardos. Posto que todos se prezam e professam servir a Virgem Maria, Senhora nossa, e se [poderiam] reduzir a uma só irmandade, como na casa de Jacob, da qual é descendente a mesma Senhora; seguindo porém todos mais a diferença das cores, que a unidade da profissão, não só os não vemos unidos em uma irmandade, ou divididos em duas, mas totalmente separados em três. Os em que acho menos razão são os pardos, porque não só separaram a irmandade, mas mudaram o apelido. Os brancos e os pretos, sendo cores extremas, conservaram o nome do Rosário, e os pardos, sendo cor meia entre as duas, por mais se extremarem de ambas, deixado o do Rosário, toma-

ram o de Guadalupe. Por certo que foram mal aconselhados, porque a Senhora do Rosário igualmente abraça todas estas três cores: *Quae est ista, quae progreditur quasi aurora consurgens, pulchra ut Luna, electa ut Sol?* “Quem é esta, que se adianta como a aurora surgindo, bela como a Lua, eleita como o Sol?”

Compara-se a Senhora à aurora, à Lua e ao Sol: por quê? Porque igualmente como Mãe, e como a filhos, e irmãos, abraça com seu amor os brancos, os pretos e os pardos, e alumia com sua luz todas estas diferenças de cores: como Sol aos brancos, que são o dia; como Lua aos pretos, que são como a noite; e como aurora aos pardos, que são os crepúsculos (*Idem*, pp. 82-83).

Estende ainda o orador a sua peroração, e a conclui, ainda perguntando e pedindo ajuda:

Suposta pois esta distinção e separação de irmandades, uma dos brancos, outra dos pretos; uma dos senhores, outra dos escravos; o meu assunto, ou questão, muito digna de se disputar, será hoje esta: qual destas duas irmandades é mais grata, e mais favorecida da Mãe de Deus: se a dos pretos, ou a dos brancos; a dos escravos, ou a dos senhores? Uns e outros estão presentes, e a todos toca igualmente ajudarem-me a pedir a graça (*Idem*, p. 85).

Mas o sermão vai longe de acabar e o pregador ainda tem, no rico escrínio da sua riquíssima memória, outros exemplos e provas de que aos pretos privilegia desde muito o Senhor Deus e, especificamente, o seu santo Filho. Deste os citaremos:

Digo que estima tanto o Filho de Deus os pretos que, mil anos antes de tomar o nosso sangue, deu aos pretos o seu. Vejamos primeiro a verdade do caso, e depois iremos ao cômputo dos tempos. O Filho de Deus tomou o nosso sangue, quando encarnou e se fez homem, e deu o seu aos pretos, quando lhes deu o sangue que Ele havia de tomar, que era o de David. E foi desta maneira. Reinando Salomão, filho de David, levada da fama de sua sabedoria veio a vê-lo e ouvi-lo a rainha Sabá, que o era da Etiópia. E, como Salomão tivesse por mulheres setecentas

rainhas, recebeu também no número delas, posto que de cor preta, a mesma rainha Sabá, de quem houve um filho, o qual nasceu depois na Etiópia, e a mãe lhe pôs nome de seu avô, e se chamou David. Sendo já de vinte e dous anos este príncipe, desejoso de ver e tomar a bênção ao seu pai, veio a Jerusalém, onde Salomão não só o reconheceu por filho, mas com todas as cerimônias e insígnias reais o fez ungir no Templo por rei da Etiópia [...] (*Idem*. 100-101).

Ainda outros detalhes acrescenta Vieira, sempre preocupado em testemunhar o que diz com a palavra evangélica e levando o ouvinte ao ponto crucial do seu relato:

Esta é a origem dos imperadores da Etiópia, mil anos, como dizia, antes da encarnação do Filho de Deus; porque o mistério altíssimo da encarnação foi obrado no ano quarenta e um do império de Augusto César, quando se contavam quatro mil e cinquenta e um anos da criação do mundo [...] De sorte que, quando o Filho de Deus, fazendo-se homem, tomou o sangue da geração de David, já havia mil anos que tinha dado o mesmo sangue aos pretos da Etiópia no seu primeiro rei ou imperador (*Idem*, p. 101).

Que glória maior haverá do que esta de saber que a cor preta da pele significa ser descendente do Filho de Deus? Ainda não está satisfeito o pregador: traz na memória inesgotável mais e mais provas, não apenas da igualdade, mas da superioridade dos pretos. Bastam-nos, a nós, as que aqui se apresentaram, pois a promessa inicial foi de que falaria de marginalizados – pretos, índios e judeus. Só dos primeiros falei até aqui. É a vez dos índios: seria grande injustiça esquecer os que constituem o passado da nossa terra, uma parte significativa do nosso vocabulário, e, se mais nos não transmitiram, foi por terem sido alijados do nosso convívio, segregados em seus espaços.

Bem mais numerosos são os sermões a eles dedicados. Um deles, pronunciado na maturidade do pregador, data de 1653, e foi pregado no Maranhão, numa Primeira Dominga da Quaresma, e seu tema é resumido na epígrafe que o antecede: “Isto tudo

te darei, se de joelhos me adorares". É o trecho do evangelho no qual o Diabo tenta a Cristo, dizendo que transforme as pedras em pão, que se atire do alto da torre, pois os anjos o ampararão, e, por fim, faz-lhe um tentador oferecimento, impondo-lhe, porém, uma condição: "se de joelhos me adorares", isto é, se Cristo lhe prestar obediência, se o reverenciar, lhe der a sua alma. Com estes elementos tirados da passagem bíblica, Vieira quer passar aos ouvintes uma lição tirada do procedimento do Demônio: já que os homens do Maranhão não são capazes de perceber o valor de suas almas, tem-no o tentador, pois é espírito como elas e sabe que "vale uma alma mais que todo o mundo".

Ainda argumenta o orador, agora em tom zombeteiro:

Mas já que o Demônio nos dá doutrina, quero-lhe eu dar um quinau. Vem cá, Demônio, outra vez. Tu sábio? Tu astuto? Tu tentador? Vai-te daí, que não sabes tentar. Se tu querias que Cristo se ajoelhasse diante de ti, e souberas negociar, tu O renderas. Vais-Lhe oferecer a Cristo mundos? Oh que ignorância! Se quando Lhe davas um mundo, Lhe tiraras uma alma, logo O tinhas de joelhos a teus pés. Assim aconteceu. Quando Judas estava na Ceia, já o Diabo estava em Judas [...]. Vendo Cristo que o Demônio Lhe levava aquela alma, põe-se de joelhos aos pés de Judas para lhos lavar, e para o converter. Tá, Senhor meu, reparai no que fazeis: não vedes que o Demônio está assentado no coração de Judas? Não vedes que em Judas está revestido o Demônio, e Vós mesmo o dissestes: *Unus ex vobis diabolus est?* Pois será bem que Cristo esteja ajoelhado aos pés do Demônio? Cristo ajoelhado aos pés de Judas, assombro é, pasmo é; mas Cristo ajoelhado, Cristo de joelhos diante do Diabo? Sim. Quando Lhe oferecia o mundo, não o pôde conseguir; tanto que Lhe quis levar uma alma, logo O teve a seus pés. [...] Que Lhe custou a Cristo uma alma, e que lhe custou o mundo? O mundo custou-Lhe uma palavra: [*fiat*]; uma alma custou-Lhe a vida e o sangue todo. Pois se o mundo custa uma só palavra de Deus e a alma custa todo o sangue de Deus, julgai se vale mais uma alma que todo o mundo. [...] E só nós somos tão baixos estimadores de nossas almas, que lhas vendemos pelo preço que vós sabeis (Vieira, *Sermões*, vol. 1, t. III, pp. 3-4).

Insistindo no paralelo entre o tempo passado e o atual, acrescenta:

A que diferente preço compra hoje o Demônio as almas, do que oferecia por elas antigamente! Já nesta nossa terra vos digo eu! Nenhuma feira tem o Demônio no mundo, onde lhe saiam mais baratas: no nosso Evangelho ofereceu todos os reinos do Mundo por uma alma. No Maranhão não é necessário ao Demônio tanta bolsa para comprar todas; não é necessário oferecer mundos: não é necessário oferecer reinos; não é necessário oferecer cidades, nem vilas, nem aldeias. Basta acenar o Diabo com um tujupar de pindoba [*o mesmo que tijupá, cabana de índio, menor que a oca, coberta da folha de uma palmeira, chamada pindoba*] e dous tapuias; e logo está adorado com ambos os joelhos (Vieira, *op. cit.*, p. 8).

Simula o pregador a sua hesitação em continuar a dizer verdades tão duras, causando grande desgosto aos seus ouvintes, mas omitir a verdade,

[...] é contra o ofício, contra a consciência; principalmente em mim, que tenho dito tantas verdades, e com tanta liberdade, e a tão grandes ouvidos. Por esta causa resolvi trocar um serviço de Deus por outro: e ir-me doutrinar os índios por essas aldeias (Vieira, *op. cit.*, p. 9).

Algumas pessoas tentaram dissuadi-lo dessa resolução, mas ele estava decidido. Na sexta-feira pediu inspiração a Deus e a resposta lhe veio nas palavras de Isaías, na 1ª. leitura:

Brada, ó pregador, e não cesses; levanta a tua voz como trombeta, desengana o meu povo, anuncia-lhe seus pecados, e diz-lhe o estado em que estão. Já o pregão do rei se lançou com tambores: agora diz Deus que se lance o Seu com trombetas. [...] Não vos assombre, Senhores, o pregão, que, como é pregão de Deus, eu vos prometo que seja mais brando e mais benigno que o do rei. [...] Pois, Senhor, que desengano é o que hei de dar a essa gente, e que é o que lhe hei de anunciar da parte de Deus? (Vieira, *op. cit.*, p. 10).

E Vieira leva ao povo a palavra evangélica, mais uma vez tirada de Isaías, e com ela se dirige aos que o ouvem:

Sabeis, cristãos, sabeis nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão: estes são os que Deus me manda que vos anuncie: *Annuntia populo meos scelera eorum*. “Anuncia ao meu povo os crimes dele.” Cristãos, Deus me manda desenganar-vos, e eu vos desengano da parte de Deus. Todos estais em pecado mortal; todos viveis e morreis em estado de condenação, e todos ides direitos ao Inferno. Já lá estão muitos, e vós também estareis cedo com eles se não mudardes de vida (*Idem*, pp. 10-11).

Pois, valha-me Deus! Um povo inteiro em pecado? Um povo inteiro ao Inferno? Quem se admira disto, não sabe que cousas são cativeiros injustos. [...] Sabeis quem traz as pragas às terras? Cativeiros injustos. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos Holandeses? Quem trouxe a praga das bexigas? Quem trouxe a fome e a esterilidade? Estes cativeiros. [...] Sabeis por que não dais liberdade aos escravos mal havidos? Porque não conheceis a Deus. Falta de fé é causa de tudo. [...] (*Idem*, p. 11).

Todo o homem que deve serviço ou liberdade alheia, e podendo-a restituir, não a restitui, é certo que se condena: todos, ou quase todos os homens do Maranhão devem serviço e liberdades alheias, *que*, podendo restituir, não restituem; logo, todos ou quase todos se condenam. [...] Três religiões tendes neste estado; onde há tantos sujeitos de tantas virtudes, e tantas letras, perguntai, examinai, informai-vos. Mas não é necessário ir às religiões; ide à Turquia, ide ao Inferno, porque não pode haver turco tão turco na Turquia, nem Demônio tão endemoninhado no Inferno, que diga que um homem livre pode ser cativo. Há algum de vós só com o lume natural, que o negue? Pois em que duvidais? (*Idem*, pp. 13-14).

Não continuarei a seguir os passos discursivos do extraordinário pregador, pois continuarão em linhas tortuosas, e mesmo em espirais, em lento, por persuasivo, progresso, es-

tendendo-se por mais algumas páginas. Quero, absolutamente, falar-vos uns breves minutos de um sermão pronunciado em 1654, no dia de Santo Antônio, onde permanece a mesma preocupação: a denúncia dos escravagistas e a defesa ardente dos indígenas brasileiros.

A epígrafe é do evangelho de Mateus: *Vos estis sal terrae*. “Vós sois o sal da terra.” É a frase do próprio Cristo, dirigida aos Pregadores, e deles fala Vieira, que a glosará, perguntando-se, de início, qual a virtude do sal: impedir a corrupção; não se esqueça, porém, de que,

[...] quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os Pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhe dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os Pregadores dizem uma coisa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem. Ou é porque o sal não salga, e os Pregadores se pregam a si e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, em vez de servir a Cristo, servem a seus apetites. Não é tudo isto verdade? Ainda mal (Vieira, “Sermão de S. Antônio”, p. 70).

Que destino dar a este sal que não salga? Cristo responde: “Jogue-se fora”. O mesmo destino se deverá dar ao Pregador que faltar à doutrina e ao exemplo: “Lançai-o fora por inútil”. E que destino se dará à terra que não se deixa salgar? Cristo não nos deixou esta resposta, mas, com a graça que sabia manejar quando lhe parecia adequada, narra-nos Vieira:

Pregava S. Antônio em Itália na cidade de Arimino, contra os Hereges, que nela eram muitos; e como erros de entendimento são dificultosos de arrancar, não só não fazia fruto o Santo, mas chegou o Povo a se levantar contra ele, e faltou pouco para que lhe não tirassem a vida. Que faria neste caso o ânimo generoso do grande Antônio? Sacudiria o pó

dos sapatos, como Cristo aconselha em outro lugar? Mas António com os pés descalços não podia fazer esta protestação; e uns pés, a que se não pegou nada da terra, não tinham que sacudir. Que faria logo? Retirar-se-ia? Calar-se-ia? Dissimularia? Daria tempo ao tempo? Isso ensinaria porventura a prudência, ou a covardia humana; mas o zelo da glória divina, que ardia naquele peito, não se rendeu a semelhantes partidos. Pois que fez? Mudou somente o púlpito e o auditório, mas não desistiu da doutrina. Deixa as praças, vai-se às praias, deixa a terra, vai-se ao mar, e começa a dizer a altas vozes: “Já que me não querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes”. Oh maravilhas do Altíssimo! Oh poderes do que criou o mar e a terra! Começam a ferver as ondas, começam a concorrer os peixes, os grandes, os maiores, os pequenos, e postos todos por sua ordem com as cabeças de fora da água, António pregava e eles ouviam.

Se a Igreja quer que preguemos de Santo António sobre o Evangelho, dê-nos outro. *Vos estis sal terrae*: É muito bom Texto para os outros Santos Doutores; mas para Santo António vem-lhe muito curto. Os outros Santos Doutores da Igreja foram sal da terra, S. António foi sal da terra e foi sal do mar (*Idem*, pp. 71-72).

Considerando que seu destino no Maranhão se assemelha ao de Santo António em Rimini, Vieira decide, também ele, falar aos peixes – ouvintes que ouvem e não falam – e não aos homens que não ouvem as suas palavras de repreensão. Passa, pois, a falar àqueles, começando por louvá-los por prediletos do Senhor que os criou antes de todos os outros seres viventes, dando-lhes a primazia no número, no tamanho – a baleia é maior que o próprio elefante –, em virtudes – acolheram Santo António perseguido pelos homens, um grande peixe salvou Jonas de naufrágio, guardando-o nas entranhas e levando-o às praias de Nínive, para que lá fizesse a sua pregação. Entre as suas virtudes ressalta a de, únicos entre os animais, nunca serem domesticados. Fogem, mesmo, aos homens. E Vieira, desiludido destes, aos peixes se dirige, exclamando:

Peixes! Quanto mais longe dos homens, tanto melhor; trato e familiaridade com eles, Deus vos livre! Se os animais da terra e do ar

querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem (*Idem*, p. 78).

O sermão não termina aqui, ainda se estende um pouco, mas interrompo-o, pois propus-me falar também da corajosa atitude de Vieira em relação aos judeus, bem retratada em *Proposta que se Fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a Favor da Gente de Nação*, 1646, em *Obras Várias (II) – Os Judeus e a Inquisição*.

Muitas reservas se faziam em Portugal ao Tribunal da Inquisição, desde que fora instalado por D. João III, seguidor das decisões do Concílio de Trento, algumas das quais visavam diretamente os chamados “homens da nação”, os judeus. Expulsos de Portugal, acolhidos em grande número em Amsterdã, lá eram livres das peias e penas que afligiam os que ficavam no país de que muitos eram filhos. Entre estas, a condenação à prisão, o confisco dos seus bens.

Justo como era, Vieira não podia concordar com as injustiças de julgamento que se faziam a cidadãos inocentes; político inteligente, não abonava os erros do governo que agravavam o país. Decide, corajosamente, escrever ao Rei uma longa e incisiva “Proposta”, em que a coragem se alia ao conhecimento dos assuntos de que trata, à inteligência com que os analisa, à precisão com que os enuncia, clara e metodicamente, e, talvez mais que tudo, à astuciosa habilidade com que prossegue pelos caminhos tortuosos do falso louvor ao Rei e ao próprio Tribunal, para chegar às afirmações da verdade. Ouçamo-lo, após um pequeno esclarecimento. A Inquisição instalara-se em Portugal no reinado de D. João III, o Piedoso, atravessara o século XVI e continuava firme no XVII, mais violenta do que nos outros países onde também continuava, e recorrendo a “Autos de Fé” que estarreciam a população. Como começaria a sua carta? Pela adulação bem dosada: refere-se ao reinado de D. João III – criador do Tribunal – como “o feliz reinado” no qual se criara “o santo tribunal da Inquisição” cuja introdução fora “uma das mais assinaladas mercês que a misericórdia divina se serviu fazer a este Reino”, pois que a sua existência impedira a degradação da Fé católica

e dos costumes cristãos, evitando “o contágio dos vícios e here-sias” e mantendo “a Religião católica na pureza e resplendor em que, pela bondade divina, se acha hoje nestes Reinos”.

Depois deste longo elogio inicial, inicia um novo período com uma adversativa: “contudo”. Noutra ocasião, Vieira havia dito: “terrível palavra é um *non*” e estava certo, até porque escrevia a palavra em latim, em que, além do sentido (significação) que encerra, tem a peculiaridade de se poder ler nos dois sentidos (direções), o que a torna duplamente poderosa. Concordando com ele, ocorre-me acrescentar: “terrível palavra é a adversativa”; senão, vejamos: afirma-se mais ou menos longamente, com maior ou menor convicção, alguma coisa; subitamente, como se surgisse “uma pedra no meio do caminho”, vem um *mas*, um *no entanto*, um *contudo*, e vai-se tudo por água abaixo. Pois foi o que aconteceu na “Proposta” de Vieira, que assim continua:

Contudo, Senhor, como o estilo que guarda a Santa Inquisição de Portugal é diferente do que todas as outras de toda a Cristandade costumam observar, desta diferença de estilo têm resultado gravíssimos inconvenientes, assim no temporal como no espiritual do Reino [...] (Vieira, “Os Judeus e a Inquisição”, pp. 27-28).

Com vista a tais inconvenientes, escreve o sacerdote o texto que envia ao seu Rei, pedindo-lhe que se digne baixar os olhos a suas páginas

[...] e de o mandar considerar por pessoas doudas, timoratas e desinteressadas, com a ponderação que pede tão grande matéria, que é a maior que se pode oferecer a um príncipe, pois é causa da Fé, da justiça e da conservação da Monarquia, que a todos estes três respeitos tão essenciais tocam os inconvenientes que se propõem e os remédios que se pedem a Vossa Majestade (*Idem*, p. 28).

Passa o orador a enumerar os três inconvenientes para, em seguida, sugerir-lhes os remédios: o primeiro inconveniente –

o mais tangível, embora o menor de todos – é a diminuição sensível da população, acarretando a pobreza das famílias, com seus bens confiscados, as grandes falências do comércio pela emigração de negociantes, ou pelo seu afastamento das praças públicas, para não serem reconhecidos. Acentua a bancarrota nos últimos sessenta e seis anos, acrescida do tributo que os homens de negócios tiveram de pagar para custear a viagem à África, nos tempos de D. Sebastião, de que resulta a penúria de dinheiro, em que ninguém empresta ou avaliza, vendendo-se tudo em função da necessidade imediata. E Vieira remata este primeiro inconveniente:

Finalmente, Senhor, os homens de nação, a quem o castigo ou o medo lançou de Portugal, levaram-nos consigo o dinheiro, o comércio e parte de nossas Conquistas, conquistando-nos somente o nome e a opinião de judeus que temos os Portugueses nas quatro partes do Mundo, por sermos singulares em desterrar de nós, sendo nossos, uns homens que todas as outras nações admitem, sendo alheios e estranhos (*Idem*, pp. 29-30).

Do primeiro, passa ao segundo inconveniente, que é o prejuízo para a Fé, que se deve estimar mais que tudo e conservar a qualquer preço; por isso mesmo, deve-se considerar e examinar os grandes prejuízos que, de encontro a essa intenção buscada por nosso zelo, resultaram efeitos deste zelo sobre esta mesma Fé que, tanto no interior como no exterior do Reino, muito sofre com eles.

Primeiro, a Fé sofre entre os inocentes, porque todos os filhos dos judeus que fogem de Portugal, se aqui tivessem vivido, teriam sido batizados, o que não acontece nos outros países nos quais são acolhidos; são, pois, almas que se perdem. É semelhante o que acontece aos pais, que, longe de sua terra, são antes vencidos pela força da tentação de alguma vantagem oferecida do que pelo desejo de voltar atrás. Finalmente, a Fé sofre naqueles que não a possuem, pois muitos perseveraram no erro até à morte, o que lhes poderia não ter acontecido, se permaneces-

sem em Portugal, participando do culto divino, dos sermões e de outros atos sagrados.

O terceiro inconveniente é oriundo do sofrimento da inocência com o castigo dos bons. E volta o autor a empregar o estilo que usara a princípio:

Os ministros do Santo Officio, Senhor, são mui rectos, os regimentos e estatutos daquele sagrado Tribunal mui justos e ponderados. Mas como as cousas humanas [...] são naturalmente falíveis, pode acontecer, e de facto tem acontecido muitas vezes, que contra piedosa tenção dos ministros, padece neste juízo a inocência (*Idem*, pp. 32-33).

E continua, dizendo que não nega que haja maus, e muito maus, que são justamente punidos, talvez com mais piedade do que mereceriam suas faltas, mas, quando muitos testemunhos falsos se deram, quantos serão os que padecem inocentes? Aponta ainda o grande número de cristãos-velhos que foram condenados por falta de clareza das testemunhas e de cristãos-novos que também o foram, pelo mesmo motivo. E acrescenta, para nosso espanto, que aqueles que morrem negativos, isto é, recusando reconhecer a acusação de heresia que lhes era feita, perdem sua vida, pois são queimados, e perdem também a fé que achavam que poderia salvá-los, pois, seguindo a lei de Moisés, se confessaram cristãos; perdem-se-lhes, portanto, as almas, pois sem fé não há salvação. Se se tivessem confessado judeus, teriam salvo a vida e a alma, pois, permanecendo vivos, poderiam arrepende-se e salvar-se.

Tece ainda Vieira uma série de considerações sobre situações encontradas em julgamentos e autos de fé, em que insiste no relato de inocentes e mesmo fiéis católicos que tiveram atitudes surpreendentes e termina por citar os que, judeus condenados em Portugal, vivem – nas terras onde foram recebidos e onde lhes foi dada liberdade ou permissão de pensar conscientemente – como grandes inimigos dos judeus e de sua perfídia. Entre estes cita dois portugueses, Paulo de Lena, médico, e Domin-

gos da Fonseca, que saíram de Portugal, quando poderiam viver como judeus, são colunas da Fé de Cristo, confirmando nessa fé os fracos, estendendo a mão aos que vacilam e argumentando contra os obstinados, refutando seus erros.

E agora morreu em Amsterdão um pobre velho que, havendo em Portugal saído em um auto-de-fé, foi lá buscar segurança e remédio; e como os judeus o não quisessem favorecer por confessar publicamente a Fé de Cristo, sustentava-se o pobre (por não ser lícito ali pedir esmola) pescando com uma cana; e disse ao embaixador de Portugal, que por fama o quis conhecer: “Senhor, aqui ando perseguido dos Judeus por cristão, e em Portugal fui perseguido dos Cristãos por judeu; mas ainda que na terra me faltam todos os homens, espero que no Céu me não há-de faltar Deus (*Idem*, pp. 37-38).

Nessa altura, o padre faz um primeiro resumo do que escreveu, dizendo que, dos numerosos exemplos desse tipo, pode-se deduzir que nem todos os que no reino de Portugal se castigam são judeus e que o estilo usado em relação a eles, embora justo, ocasiona um muito grande sofrimento de inocentes. É mais fácil aos maus, que cometeram o delito, defender-se com testemunhos, do que aos bons, que estão expostos a maiores riscos, sem mesmo suspeitar deles. O perigo, sempre iminente, é tanto, que muitos preferem o exílio em paz à permanência em seu país, sob ameaça constante.

Enumerados longamente os inconvenientes, chega o autor da Proposta ao prometido remédio, que será pedido ao Rei pela própria Monarquia, pela boca de vassallos zelosos. Ouçamos a palavra de Vieira:

Estes são, Senhor, os gravíssimos inconvenientes e danos, que, ocasionados de tão grande e justo zelo, padecem em toda a parte os Reinos de Vossa Majestade; os quais se não ponderam aqui, porque sua matéria e importância por si mesma se encarece, pois não só perigam neles as vidas, as fazendas, as honras, as almas e as descendências dos homens de nação hebreia, parte tão considerável deste Reino, mas se

comunicam os danos ao espiritual e temporal de toda a Monarquia, a qual toda, por boca de vassalos muito zelosos do serviço de Deus e de Vossa Majestade, deseja e torna a pedir a Vossa Majestade o breve e eficaz remédio de tão grandes males.

E porque no santo tribunal da Inquisição há maior suficiência que em nenhum outro, para averiguação e conhecimento do mal, e ele só tem a jurisdição e poderes para aplicar o remédio, além de ser a quem estas matérias directamente pertencem, com a mesma instância se representa e pede a Vossa Majestade seja servido de mandar comunicar ao bispo Inquisidor Geral e Conselheiro de Estado, e a todo o tribunal da suprema e santa Inquisição, não só o espiritual, senão o político deste papel; porque na experiência, nas letras, no juízo e no grande zelo da conservação do Reino, que há em seus ministros, achará Vossa Majestade a mais verdadeira resolução de tudo o que convier ao serviço de Deus e de Vossa Majestade; em qualquer mudança de estilo, ou outra novidade que se ordenasse, seria esta a maior justificação de Vossa Majestade e do Reino, assim para aplauso do Mundo, como para aceitação dos mesmos vassalos de Vossa Majestade (*Idem*, pp. 41-42).

Espero ter cumprido minha promessa inicial e ter-lhes apresentado, com expressiva abrangência, esse homem extraordinário que foi o Pe. Antônio Vieira, figura complexa no desempenho de sua missão, misto de lucidez quase corrosiva e, ao mesmo tempo, de imaginação prodigiosamente criativa, que, a par de *Sermões*, *Cartas e Propostas*, escreveu *Esperanças de Portugal* e *História do Futuro*, na qual abraçava a ideia do Quinto Império. Aquele que ousou enfrentar o Tribunal da Santa Inquisição, que verberou tantas vezes o povo do Maranhão – portugueses, na maioria –, tantas vezes os ameaçou com os horrores infernais, no seu pretensso diálogo com os peixes, destes ouviu sérias acusações aos homens, concorda com eles, não pode negá-lo, mas convida-os:

[...] ponde os olhos em Antônio, vosso Pregador, e vereis nele o mais puro exemplar da candura, da sinceridade e da verdade, onde

nunca houve dolo, fingimento ou engano. E sabeis também que para haver tudo isto em cada um de nós, bastava antigamente ser Português, não era necessário ser Santo (Vieira, “Sermão de S. António”, p. 113).

Um sonhador nosso Padre Antônio Vieira? Sim, porque sonhou com um futuro de glória para seu país, seria a resposta rápida que daríamos até ter lido esta passagem do “Sermão aos Peixes”. Agora, já diríamos que, se sonhava com o futuro, também se permitia sonhar com o passado como um tempo perfeito, em que cada Português teria sido um santo. Não lhe podemos desejar que “assim seja”, pois não se trata de futuro, mas exprimamos o nosso voto talvez possível (?): “Assim tivesse sido!”